



III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - URBFAVELAS
Salvador - BA - Brasil

A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA PARTICIPATIVA NO PROJETO EM ASSENTAMENTOS
INFORMAIS

Cristina Marafon (UFMT) - cristinamarafon@gmail.com

Arquiteta Urbanista formada recentemente pela Universidade Federal de Mato Grosso.



A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA PARTICIPATIVA NO PROJETO EM ASSENTAMENTOS INFORMAIS

RESUMO: O presente trabalho discorre sobre a importância da prática participativa na elaboração de projetos para espaços livres públicos em assentamentos informais, a partir da experiência realizada junto ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) na localidade Getúlio Vargas, localizada na região sul do município de Cuiabá. O espaço em questão se trata de uma área livre remanescente do processo de ocupação informal da área pública e área de preservação permanente do loteamento formal Residencial Coxipó. Justamente por essa característica, esta apresenta uma série de especificidades que tornaram a prática participativa fundamental no decorrer do processo de elaboração do projeto urbanístico e paisagístico para a localidade, permitindo a aproximação dos usos e apropriações que já ocorrem no lugar e no seu entorno. A participação dos moradores, em especial das crianças, se deu na etapa de diagnóstico e construção coletiva de demandas para elaboração do projeto.

Palavras-chave: projeto participativo, espaço livre público, Cuiabá-MT.

ST – 1: Projeto, Processo, Superação de Limitações



1 INTRODUÇÃO

A construção do espaço público é resultado da ação dos diversos agentes, sendo, portanto, coletiva. No entanto, o planejamento e projeto desses espaços são desenvolvidos por uma parcela muito pequena e privilegiada da população, resultando, muitas vezes, em ações que não condizem com as suas reais demandas. A partir dessa preocupação, este artigo apresenta o processo de elaboração do projeto urbanístico e paisagístico do espaço livre da localidade Getúlio Vargas, assumindo como proposta metodológica a prática participativa.

O espaço em questão se configura como uma área livre remanescente do processo de ocupação informal da área pública e área de preservação permanente (APP) do loteamento formal Residencial Coxipó, localizada na região sul de Cuiabá. A escolha dessa área se deu devido à aproximação do Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Mato Grosso (NEAU) com o Presidente de Bairro, que demandou, por meio do Conselho Comunitário de Segurança Pública, um projeto de espaço para práticas de lazer e esportiva, voltado para a comunidade local¹.

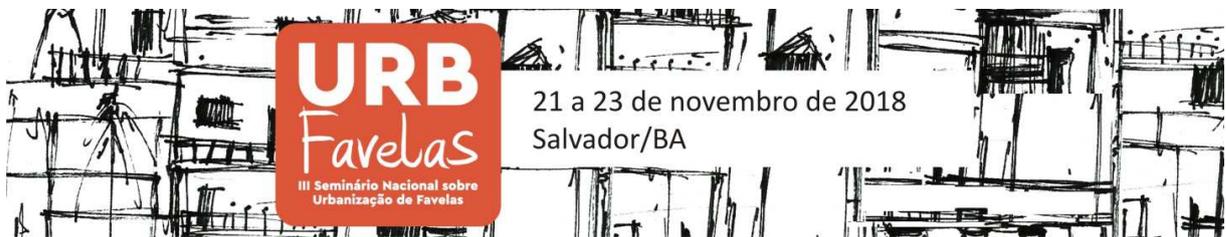
A partir da leitura dos espaços livres públicos de lazer e recreação da localidade, buscou-se, primeiramente, observar e compreender a relação entre os seus elementos na escala do cotidiano: a rua e a casa, o brincar, os usos e apropriações. Posteriormente, a partir de uma proposta participativa, foi proposto um projeto para o espaço livre local, em vistas da sua qualificação para os usos e demandas existentes e futuras.

O entendimento do projeto como processo, e, nesse sentido, como processo participativo, se colocou desde o início como premissa metodológica neste trabalho, entendendo que a concepção espacial deve partir das relações sociais já existentes no local e no seu entorno. A inserção do usuário e das famílias residentes nesse processo se mostrou fundamental, especialmente porque o espaço livre do Getúlio Vargas é resultante das “sobras” dos espaços edificados.

2 O LUGAR: ESPECIFICIDADES DE GÊNESE

A localidade Getúlio Vargas teve início na segunda metade da década de 1980 e é

¹ O Projeto Urbanístico e Paisagístico para o espaço livre do Getúlio Vargas se integra às ações do Programa de Extensão do NEAU, do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal de Mato Grosso, o que resultou no Trabalho Final de Graduação da autora (MARAFON, 2018).



resultante da ocupação informal das áreas destinadas para área verde e equipamentos públicos comunitários dos loteamentos Parque Residencial Coxipó I e II, além da ocupação da APP do Córrego Getúlio Vargas (Figura 1).

É caracterizada como um “assentamento precário” no entendimento da Política Nacional de Habitação (BRASIL, 2004) e também da Lei de Uso e Ocupação do Solo de Cuiabá nº 389/2015 (CUIABÁ, 2015), estando demarcada no dispositivo como Zona Especial de Interesse Social 1 (ZEIS), que a define como zona:

constituída por parcelamentos irregulares, conjuntos habitacionais públicos ou privados irregulares, ocupados por população de baixa renda que, por seu grau de consolidação, *são passíveis de regularização* parcial ou integralmente, conforme estudos técnicos (CUIABÁ, 2015, art. 36, grifo nosso).

Trata-se, portanto, de uma localidade que está amparada pela legislação nacional e municipal, o que permite prever um plano de regularização do assentamento, incorporando seus espaços livres não edificados em espaços de práticas de lazer e recreação destinado aos moradores. A definição da ZEIS, nesse caso, permite que o projeto assumira uma possível flexibilização dos parâmetros e índices urbanísticos, admitindo, por exemplo, alguma flexibilização da ocupação em APP ou a adequação das larguras das vias conforme as edificações existentes, permitindo o uso de padrões especiais de leito carroçável, especialmente nos casos onde há maior densidade.

A área destinada para elaboração do projeto está demarcada no parcelamento urbano do loteamento Parque Residencial Coxipó como área destinada à implantação de equipamentos públicos comunitários, mas foi parcialmente ocupada durante o processo de consolidação do assentamento Getúlio Vargas. Portanto, a área do projeto é o que “sobrou” após a ocupação da área por residências e a instalação de equipamentos sociais, como a creche e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) (Figura 2 e Figura 3).



Figura 3– Área do projeto e entorno



Foto: Cristina Marafon, 2018

A característica de ocupação da área resulta em uma série de especificidades que devem essencialmente ser levadas em consideração durante a elaboração de um plano ou projeto do espaço como um todo.

O trabalho, portanto, se colocou à frente de alguns desafios: (1) intervenção em uma área passível de plano/projeto de regularização fundiária, devendo se ater às especificidades da consolidação dos seus espaços livres e edificados; (2) atuação entre os espaços livres que se constituem pelas “sobras” do edificado, fato que requer adoção de parâmetros flexíveis; (3) opção metodológica do processo participativo justamente por entender que o respeito ao uso e apropriação do lugar e do seu entorno são fundamentais para o êxito da proposta.



30 PROCESSO PARTICIPATIVO NA CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO LIVRE DO GETÚLIO VARGAS

A metodologia do projeto participativo no campo disciplinar do planejamento da paisagem ou do paisagismo vem sendo desenvolvida desde 1960, com uma produção acentuada a partir da década de 1990, por autores como Mayumi Souza Lima, Raul Pereira, Caio Boucinhas, entre outros².

Dos trabalhos desenvolvidos por esses autores, alguns se destacam devido a parceria com a comunidade escolar³, estando ainda inseridos em programas dos cursos de arquitetura e urbanismo, trazendo, dessa forma, benefícios tanto para o currículo das escolas quanto das faculdades.

Considerando que o entorno da área do projeto se caracteriza por um uso predominantemente residencial, contando com três instituições sociais e de ensino, a premissa metodológica participativa adotou o envolvimento da comunidade escolar na realização do projeto. A partir da demanda e dessa análise inicial, as ações para a realização do projeto se estruturaram em encontros e reuniões com lideranças locais, oficinas com a comunidade escolar, periodicamente estruturadas em encontros semanais ao longo de 2 meses e entrevistas pontuais e estruturadas junto a conversas informais com os moradores residentes do entorno. Foram ainda realizadas diversas atividades de observação e análise em campo⁴.

A aproximação com a comunidade escolar se deu por meio de uma conversa inicial com lideranças da área e das instituições da região a fim de estabelecer parcerias. A partir dessa conversa e das opções encontradas, optou-se por centralizar as ações de longo alcance junto ao CRAS Dante Martins de Oliveira. O CRAS trabalha com dois programas para crianças e adolescentes: o Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) e o Siminina, ambos voltados para crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, sendo que o primeiro atende ambos os gêneros e o Siminina, apenas crianças e adolescentes do gênero feminino.

A rotina das crianças inclui atividades mais lúdicas, com jogos, palestras, aulas de dança, atividades voltadas a datas comemorativas e prática de esportes. Essa estrutura mais

²Pronsato (2005), Boucinhas (2005), Lima; Queiroga; Gonçalves (2007), Arruda; Kerkhoff; Ferreira (2007)

³ Composta pelos alunos, pais, professores e os representante do meio no qual a escola está inserida, conforme Gonçalves (2005).

⁴ Cabe destacar que as ações foram possíveis porque estavam vinculadas ao NEAU, contando com o apoio de estudantes na realização das oficinas.



flexível do CRAS – especialmente quando comparada com a escola – se mostrou ideal para o desenvolvimento do projeto, pois facilitou a inserção das atividades por conta da flexibilidade do calendário – o CRAS não possui recesso no meio do ano, como as escolas. A realização das ações junto ao CRAS também beneficiou o projeto à medida que a instituição faz uso da área para a realização de práticas esportivas com as crianças todas as quartas-feiras, se beneficiando diretamente da implantação do projeto.

Com o intuito de elaborar coletivamente o projeto em questão, foram realizados, ao todo, seis encontros no CRAS, com os seguintes objetivos: conhecimento da rotina das crianças; aproximação da imagem de satélite, identificando pontos e rotas; diagnóstico dos espaços de brincar através de desenhos e descrição desses espaços; aproximação da área do projeto por meio da confecção de maquete da área; visita ao campus da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); e levantamento dos desejos para a área do projeto a fim de gerar um programa de necessidades.

Os materiais produzidos durante as oficinas, especialmente os desenhos que retratavam o caminho que as crianças percorrem para chegar ao CRAS, os espaços em que elas brincam e os desejos para a área do projeto, possibilitaram realizar uma leitura dos espaços livres do bairro e como estes são percebidos pelas crianças. Essa leitura serviu de base para a definição do programa de necessidades, que após a oficina com as crianças foi finalizado por meio de entrevistas realizadas com os moradores confrontantes da área.

Os desenhos produzidos nas duas primeiras oficinas – Memória do Entorno e O Espaço do Brincar – permitiram analisar quais dos espaços livres do bairro possuem uma imagem mais forte na memória das crianças e demonstraram que o reconhecimento de um espaço como praça ou área de lazer está associado ao seu uso, aos equipamentos que esta área contém e as atividades ali desenvolvidas, pois as áreas lembradas foram o Miniestádio – um importante ponto de referência na região – e a praça do Bairro Jardim Presidente II (Figura 4). Durante as entrevistas esse não-reconhecimento de espaços livres ficou mais claro, pois os moradores justificaram que não utilizam equipamentos de esporte e lazer porque não havia no bairro.

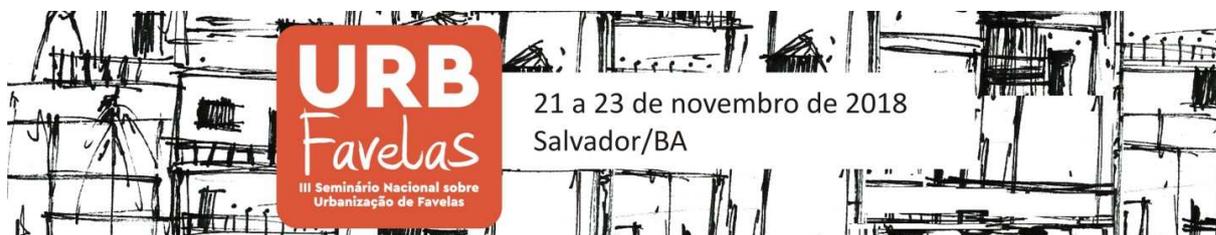
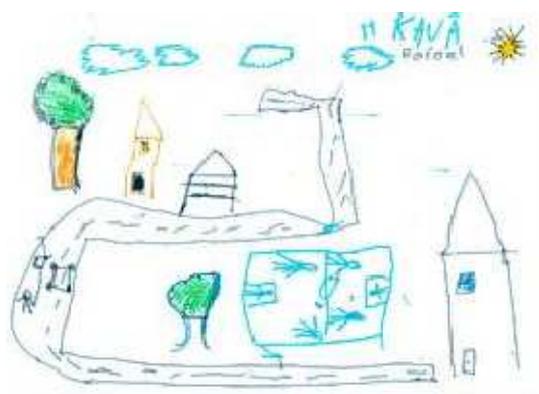
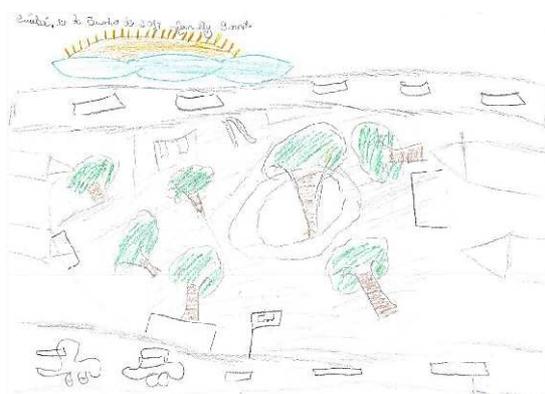


Figura 4– Desenhos produzidos nas oficinas.

Legenda: (a) Representação do Miniestádio, (b) representação da Praça do Jd. Presidente II, (c) Miniestádio, (d) Praça Jd. Presidente II



(a)



(b)



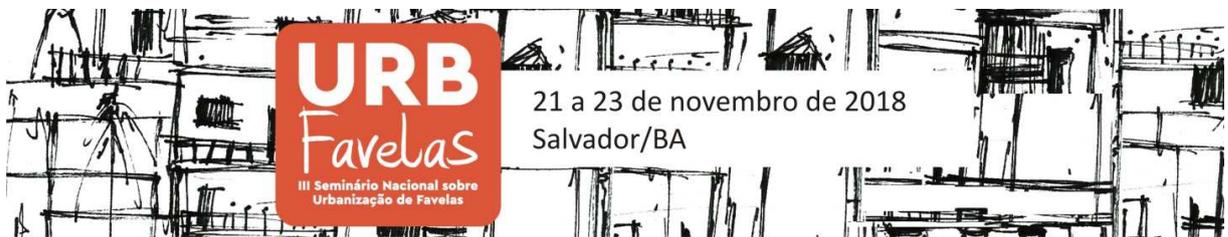
(c)



(d)

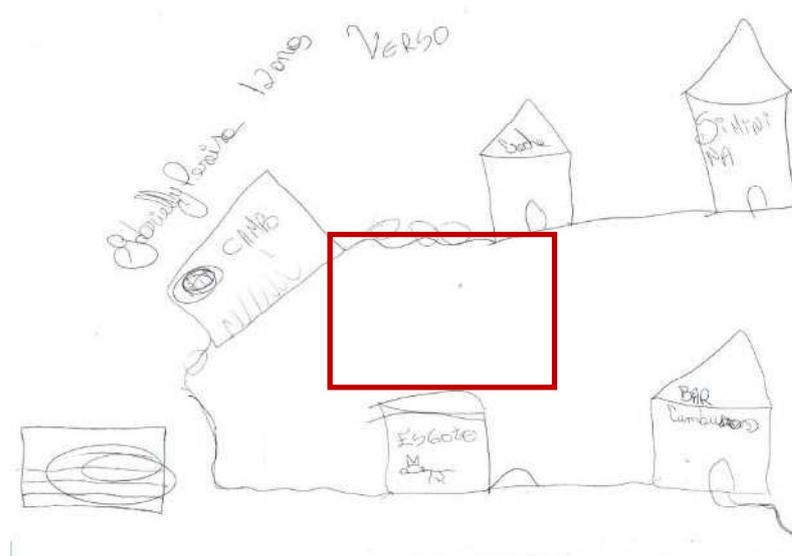
Desenhos: Kauã, 11; Manuely, 9. Foto: Priscila Wolff Sampaio, 2017

Um ponto de referência para nós, da UFMT, e que não foi lembrado pelas crianças foi o córrego Getúlio Vargas, mesmo que muitas delas cruzem o córrego para chegar ao CRAS, pois o mesmo é um importante elemento na configuração do bairro. A atual situação do córrego, com suas margens ocupadas por residências e poucos pontos de travessia fez com que algumas crianças só lembrassem da sua existência depois de associar a ponte na



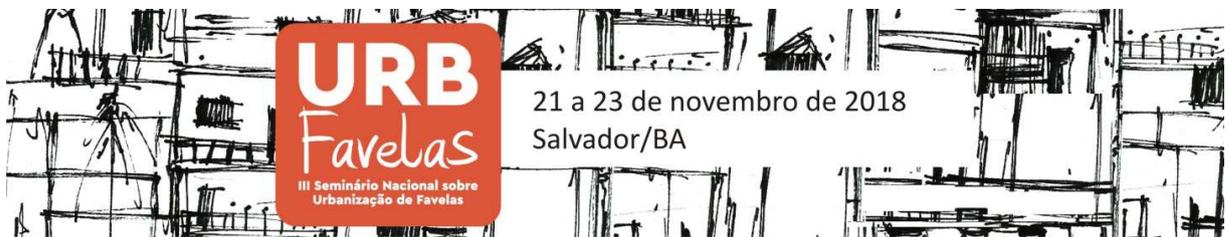
avenida principal a uma sorveteria. Vale destacar que algumas crianças questionaram se realmente havia um córrego ali perto ou se referiram a ele como “esgoto” (Figura5).

Figura5 – Representação do córrego como esgoto (destaque)



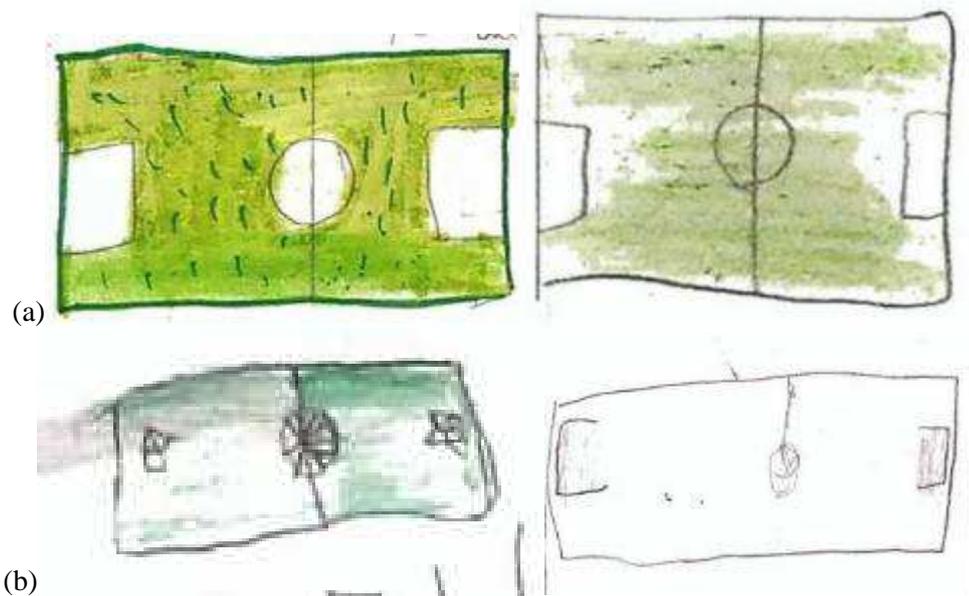
Desenho: Gabrielly, 12 anos

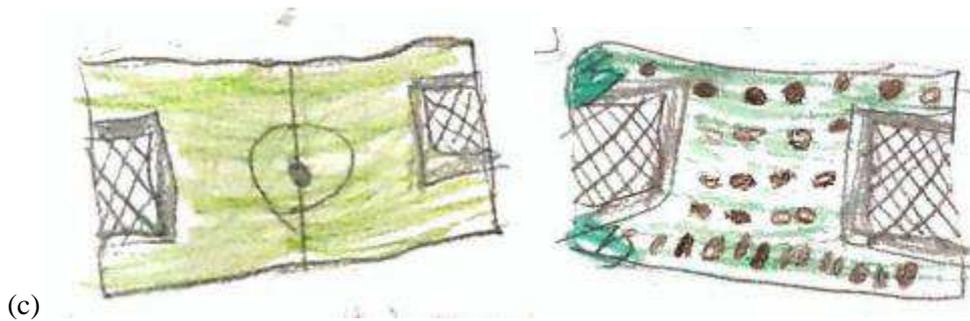
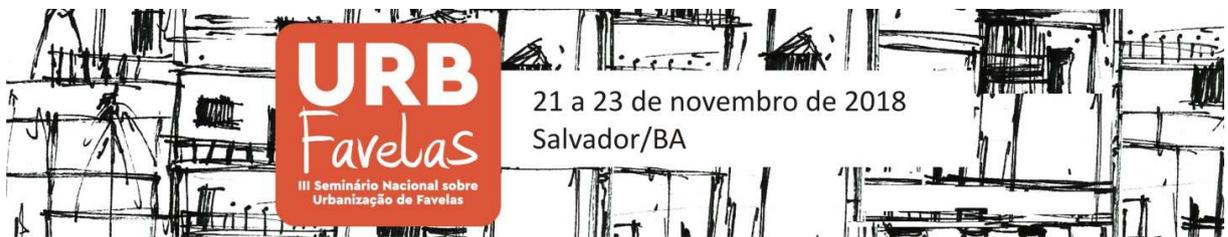
Quanto a área do projeto, a imagem desta ficou mais clara nos desenhos confeccionados na última oficina – Desejos -, onde foi pedido para que as crianças desenhassem o que havia nas redondezas do CRAS e o que elas gostariam que fosse implantado na área, momento em que foram representados tanto o Miniestádio quanto o “caminho do CRAS”.



O Miniestádio é um equipamento de grande porte, referência na região e de caráter oficial, com partidas oficiais ocorrendo as finais de semana, enquanto no campinho do CRAS, a única indicação do seu uso são duas traves colocadas de maneira improvisada na área. No entanto, as crianças reconhecem o campinho do CRAS como área de lazer, pois fazem uso desse espaço para prática esportiva, representando-o, então, nos moldes de um campo de futebol, mas mesmo essa representação não é precisa e a sua informalidade fica clara quando a representação deste é comparada com a representação do miniestádio, conforme a Figura 6. A informalidade do campinho também foi destacada durante as entrevistas, mas não como um ponto negativo, pois o campinho do CRAS é tido como mais acessível e flexível pelos moradores, possuindo usos diversos pelas mais diversas faixas etárias.

Figura 6- Representação dos equipamentos de lazer e recreação do bairro: Miniestádio (esq.) e campinho do CRAS (dir.)



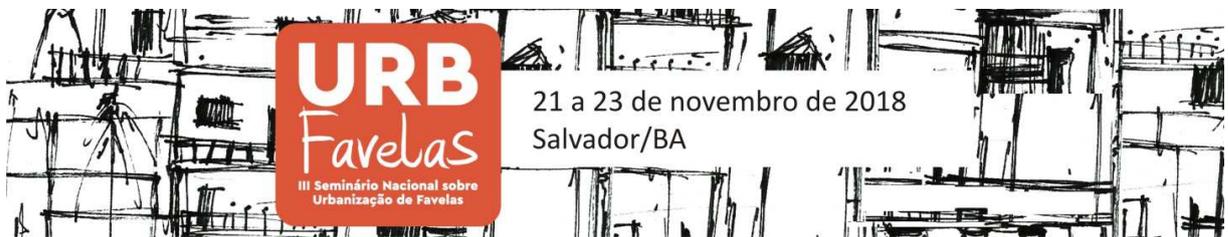


(c)

Desenho: (a) Thalita, 9; (b) Isabelly, 5; (c) Pietra, 8.

A partir dessa representação do campinho por parte das crianças e do seu desejo pela sua oficialização, assim como o pedido dos moradores por uma área que oferecesse diversas opções de uso, considerou-se que a implantação de um Campo *Society* na área, conforme demanda inicial, não atenderia as necessidades expostas pelo moradores, pois este restringiria o uso da área devido as suas dimensões – impedindo a instalação de outros equipamentos no local – e possui um uso mais restrito, se assemelhando ao uso do Miniestádio, localizado nas proximidades. Sendo assim, optou-se pela instalação de uma quadra poliesportiva, pois esta possui dimensões menores, permitindo a instalação de um parquinho, uma academia ao ar livre, área para lazer passivo e uma área aberta para usos diversos, como soltar pipa, atividade recorrente durante as visitas de observação e citada nos desenhos produzidos pelas crianças no CRAS (Figura 7). Além de permitir a instalação de outros equipamentos, a quadra também oferece a prática de outros esportes, como vôlei, handebol e basquete – se adequando ao uso proposto pelo CRAS - e demanda menor manutenção, quando comparada ao Campo *Society*. Além desses equipamentos, também foi proposto no projeto uma área para a instalação de um Centro de Convivência de Idosos, sugerido pelas lideranças nas reuniões e reiterado pela comunidade durante as entrevistas.

Figura 7 – Crianças soltando pipa na região



Desenho: Joyce, 12. Foto: Cristina Marafon, 2018.

O projeto final, com o desenho das vias, paginação do piso, acessos e localização dos novos equipamentos está representado na Figura 8, juntamente com imagens da maquete volumétrica da área. O projeto propõe, além da implantação dos equipamentos já descritos, uma via compartilhada para pedestres e veículos que permite o acesso às residências localizadas na quadra do CRAS, mas evita uma maior circulação de veículos na área da praça; uma faixa elevada para a travessia de pedestres entre a creche e a escola, devido ao grande fluxo de crianças e adolescentes que circulam nessa via com grande fluxo de veículos, devido a ligação do bairro com a via estrutural e acessos diretos a partir do CRAS e da creche para a praça, conforme solicitado pelas coordenadoras das instituições cujas crianças fazem uso frequente desse espaço.

Figura 8 – Projeto final (planta e maquete)



Fonte: Marafon, 2018

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento de um processo participativo depende da relação de diversos agentes, cada qual com o seu tempo, não sendo, portanto, fácil mensurar sua duração ou mesmo conhecer previamente o seu “resultado”. Esse processo não segue um planejamento rígido, sendo sempre necessário readequá-lo a novas demandas, à rotatividade de público, etc. Essa particularidade do tempo do projeto limitou o alcance do trabalho, que se insere no programa de extensão e no TFG, o que é possível perceber ao comparar as duas etapas do processo: o trabalho desenvolvido com as oficinas no CRAS, de forma contínua e com as



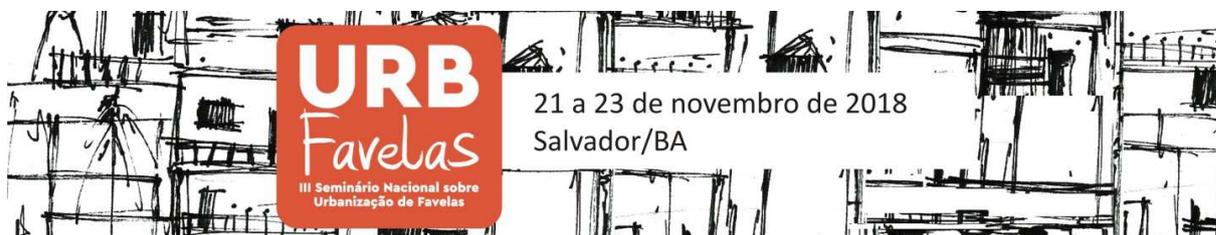
mesmas pessoas potencializou o seu desenvolvimento, na medida em que as crianças se sentiam mais confortáveis com o tempo, possibilitando a inserção dos participantes na discussão do espaço público e fazendo com que os mesmos refletissem sobre a sua situação atual e o que seria necessário para que esta melhorasse. No entanto, na segunda etapa, devido ao calendário acadêmico e escolar, o trabalho com as crianças foi interrompido e ocorreu o contato com os moradores vizinhos, uma vez que se fez necessário devido à demanda por equipamento para idosos. O ideal seria que esse contato mais próximo e contínuo fosse estendido à toda comunidade, discutindo o espaço público do bairro de forma mais ampla e profunda.

Este trabalho teve como objetivo inicial alcançar uma participação plena, para que todos os indivíduos participantes do processo possuíssem o mesmo poder nas tomadas de decisão. No entanto, as limitações apresentadas durante o seu desenvolvimento, tais como a equipe reduzida da extensão, o calendário acadêmico, o tempo do trabalho e a simultaneidade com outras obrigações da universidade, fizeram com que este se caracterizasse por uma participação parcial, possibilitando o envolvimento do usuário durante a fase de diagnóstico e definição do programa.

No entanto, a prática participativa se mostrou fundamental para a definição de um programa de necessidades que respondesse as demandas locais, estruturando o espaço para usos múltiplos e diversos, especialmente quando comparados com os usos oferecidos por outros espaços livres no bairro. Além do enriquecimento do projeto, a realização das reuniões, entrevistas e, especialmente, das oficinas com as crianças, permitiu iniciar um diálogo sobre o papel do arquiteto urbanista em uma comunidade que se consolidou por meio da informalidade e da autoconstrução, aproximando as crianças da universidade e das práticas relacionadas com a profissão, como a confecção de maquetes ou o manuseio de imagens de satélite, que permitiram discutir conceitos inerentes à prática profissional.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, A. F.; KERKHOFF, C.; FERREIRA, A. P. **Projeto participativo como interlocutor no espaço da escola.** In: Paisagem e Participação: práticas no espaço livre público, 2007, São Paulo - SP. Anais Paisagem e Participação: práticas no espaço livre público, 2007.



BOUCINHAS, Caio. **Projeto participativo na produção do espaço público**. 2005. 150 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Política Nacional de Habitação**. Brasília, 5 nov. 2004.86p.

BRASIL. **Lei nº 13.465 de 11 de Julho de 2017**. Brasília, 2017.

CUIABÁ. Lei Complementar nº 389 de 03 de Novembro de 2015. **Lei de Uso e ocupação do Solo**. Cuiabá, 2015.

GONÇALVES, Paulo Cássio de Moraes. **Construção coletiva da paisagem: processos participativos com comunidades escolares**. 2005. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MARAFON, Cristina. **Eu faço, eu entendo: a construção coletiva do espaço público no assentamento Getúlio Vargas**. Trabalho Final de Graduação. Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Mato Grosso, 2018.

PRONSATO, Sylvia Adriana Dobry. **Arquitetura e paisagem: projeto participativo e criação coletiva**. São Paulo: Annablume, FAPESP, FUPAM, 2005.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros**. 2012. 284 p. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.